

# 20/01/2014 - Retrato das mulheres negras é tema do Panorama Ipea

*(Portal do IPEA) Debate contou com a participação de Ana Querino, da ONU Mulheres, e Rurany Silva, da SPM*

A renda das mulheres negras não chega nem à metade daquela recebida pelos homens brancos e corresponde a cerca de 56% dos rendimentos das mulheres brancas. Essa disparidade se repete quanto à situação educacional, à inserção no mercado de trabalho, ao acesso a bens duráveis e às tecnologias digitais, à condição de pobreza e a vivência de situações de violência. Os dados estão no livro [Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil](#), editado pelo Ipea em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a ONU Mulheres.

E para debater este assunto, o Panorama Ipea recebe Ana Carolina Querino, uma das organizadoras da obra e gerente de Projetos da ONU Mulheres, e Rurany Ester Silva, representante da Secretaria de Políticas para Mulheres no Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial. Assista, pelo Portal Ipea, à gravação do programa, toda quarta-feira, à tarde, e participe ao vivo enviando comentários e perguntas para nosso perfil no twitter: @ipeaonline.

Acesse o PDF: [Retrato das mulheres negras é tema do Panorama Ipea \(Portal do IPEA, 20/01/2014\)](#)

---

## 19/01/2014 - Cécile Kyenge: 'Me

# culpam por ser negra, mulher e estrangeira'

*(El País)* A ministra italiana, vítima de constantes ataques racistas, confessa que nunca pensou que viveria momentos tão duros em sua luta para evitar a “invisibilidade” dos imigrantes

A Itália tem um problema. Um problema feio. Talvez o mais feio dos problemas. Sua ministra de Integração, Cécile Kyenge, uma mulher de 49 anos, mãe de duas filhas, oftalmologista de ofício, é açoitada e insultada há oito meses com uma violência feroz, na rua, no Parlamento, na imprensa e na televisão. Mas não por suas ideias políticas de centro-esquerda. Nem sequer por tentar que os filhos dos imigrantes nascidos na Itália tenham direito à nacionalidade —o *ius soli*— ou por exigir a abolição de uma lei —a Bossi-Fini, aprovada por Silvio Berlusconi com seus sócios xenófobos da Liga Norte— que converte automaticamente em delinquentes os imigrantes irregulares. Não. Os responsáveis pela Liga Norte, sob o olhar passivo de boa parte da política e da sociedade italiana, comparam a ministra Kyenge a um orangotango, lançam-lhe bananas ou desenham um plano de asfixia sistemática simplesmente porque ela é negra.

**Pergunta. O que você sente quando escuta tantos e tão graves ataques racistas contra você?**

Resposta. Eles machucam, mas a grandeza de cada um de nós está em saber olhar por cima, de ver o futuro. Estou convencida de que todos esses ataques não pretendem só destruir a pessoa, mas que querem comprometer, pondo em risco, o futuro da Itália, a sociedade do futuro. Se tenho claro que meu objetivo é o da diversidade, então é possível superar todos esses momentos tão duros. Porque está claro que foram sete ou oito meses muito difíceis, que chegaram a influir também sobre minha vida privada, mas jamais os ataques me afetaram a ponto de me levar a pensar em abandonar meus objetivos...

**P. Nunca? Não chegou a pensar nisso? Nem diante da reação morna de quem teria que defendê-la?**

R. Não, não vale a pena abandonar. Desde pequena nunca não me desviei do meu objetivo. Queria ser médica e fiz tudo o que tinha que fazer, incluindo sair do país onde nasci [a República Democrática do Congo], até conseguir isso. Em todas as decisões que tomei na vida, por mais difíceis que tenham sido, tinha em mente um objetivo, pondo no centro o respeito aos demais. Por isso, tudo o que aconteceu desde o momento da minha nomeação —insultos, provocações— tomo como uma tentativa de desviar a atenção. Querem distrair do objetivo principal, que é fazer a sociedade italiana entender que a diversidade é uma riqueza, que não devemos ter medo do outro. Os intolerantes querem nos fazer

pensar outra coisa, querem nos confundir, mas devemos ter a força de não permitir que nos confundam.

**P. Você decidiu sair do Congo para buscar um futuro melhor e pensou que na Itália podia encontrá-lo. Esta Itália que insulta uma ministra por ser negra, esta Europa onde crescem os populismos, se parece com aquela dos seus sonhos?**

R. Estou vivendo momentos tão duros como jamais poderia imaginar. Mas não posso dizer que a Itália é racista por isto, porque ninguém nasce racista. Por isso é tão importante que cortemos todos esses fatores externos de intolerância que separam as pessoas da via da convivência e as fazem tomar a da xenofobia. Temos que conseguir uma Itália e uma Europa melhor, e esse é precisamente o objetivo que estamos levando adiante com a Declaração de Roma, a qual assinamos com outros 17 países para chegar a um pacto entre 2014 e 2020 contra a xenofobia, contra o racismo, pela multiculturalidade, e para colocar a diversidade no centro de tudo.

**P. Quando trabalhava como médica, também sofreu com comportamentos racistas?**

R. Sim, em princípio, sim. Mas a rejeição foi desaparecendo à medida que as pessoas conheciam a minha forma de me relacionar com elas, meu profissionalismo. Minha ausência de medo. Isto é importante. Não devemos ter preconceitos nem medo.

**P. Nem diante das desqualificações da Liga Norte? Culpam a senhora por personificar todos os males da Itália...**

R. Me culpam de tantas coisas! Mas, longe de me fragilizar, reforçam a minha identidade. Eu escolhi a Itália para viver, mas minha identidade é múltipla e me sinto cômoda assim. Me culpam de ser negra, de ser mulher e de ser estrangeira. Inclusive de uma quarta coisa: de ter estudado. E esta [diz sorrindo], sim, é uma culpa terrível! Porque segundo o estereótipo, deveria estar limpando a casa e fazendo filhos. Não ser desse jeito me faz imperdoável aos olhos deles.

**P. Sua prioridade é o direito à cidadania italiana dos filhos dos imigrantes e a suspensão do delito de clandestinidade, mas uma parte do Governo de coalizão se opõe a esses projetos. Houve algum passo adiante? Acha que conseguirá isso?**

R. Para mim a primeira satisfação é que não se tratou só de uma discussão política. Nunca se falou tanto disso como nesses últimos oito meses. Tanto nos bares como no Parlamento se discute a cidadania. Essa tomada de consciência por parte de todos nos levará a entender que não é um tema que preocupa a ministra, mas toda a sociedade. Temos um milhão de crianças na Itália que ainda têm problemas de integração, que se sentem discriminados já nas escolas. E, se nós queremos dar um futuro a nossos

filhos, o melhor é ajudá-los a crescer fazendo com que entendam que todos somos iguais, que o único futuro possível é o da igualdade de oportunidades. Não é um presente só para os filhos dos imigrantes.

**P. Como a senhora viveu a tragédia de Lampedusa, em que centenas de imigrantes africanos perderam a vida?**

R. Em primeiro lugar, pensei que poderia ser eu numa daquelas embarcações. Podia ter ocorrido com qualquer um de nós. De fato, uma pessoa cresce se consegue enfrentar as dificuldades, também em momentos como as tragédias dos outros. Se conseguíssemos viver assim, o modo como construímos as leis iria melhorar. Por isso dizia que devemos olhar a política da imigração não como um favor, mas como uma necessidade. Se me ponho no lugar do outro e depois faço uma lei contra os imigrantes, é como se fizesse uma lei contra mim mesmo. Essa minha ideia, posta do revés, me acompanha também nos momentos difíceis, quando me insultam e me atacam. Se fazem isso comigo, podem fazer com qualquer um. Por isso, se queremos combater o racismo ou qualquer outro tipo de marginalização, não há outro remédio a não ser se colocar no lugar da pessoa que sofre a discriminação. Na pele do outro.

**P. Fala-se muito da imigração que chega da África, mas bem perto daqui, em Prato, na Toscana, há centenas de chineses que vivem praticamente na escravidão, trabalhando e vivendo em unidades industriais por salários de fome...**

R. Isso não acontece só em Prato nem só com os chineses. O fundamental do assunto é que temos de ser capazes de dar a oportunidade a essas pessoas de denunciar suas condições de escravidão. Temos de informá-las quais são seus direitos. Dar a possibilidade de conhecer a língua, de falá-la, de poder denunciar. Por isso, deve haver investimentos no intercâmbio cultural. Isto só pode ser obtido se há um estado jurídico bem definido. Uma pessoa que vive na invisibilidade é uma pessoa que cai nas mãos da criminalidade organizada. Por isso digo que não se trata apenas de Prato. Há muitos outros locais sob esse mesmo denominador comum: são invisíveis... Por isso, se uma pessoa não tem permissão de residência, estamos lançando esse indivíduo num poço de invisibilidade. Devemos oferecer possibilidades inclusive de voltar a seu país de origem —uma opção que muitos estão pedindo— ou de oferecer uma rota de integração diferente, mas jamais lançá-los à ilegalidade. Tirar as pessoas da invisibilidade é um instrumento potentíssimo contra a criminalidade organizada. Devemos resgatar as pessoas frágeis das mãos de quem as explora.

Acesse o PDF: [‘Me culpam por ser negra, mulher e estrangeira’ \(El País, 19/01/2014\)](#)

---

# 19/01/2014 - Ativistas negros acusam shopping de racismo em São Paulo

*(Última Instância) JK Iguatemi fechou as portas mais cedo neste sábado para evitar entrada de manifestantes pró-“rolezinhos”*

Dez manifestantes que participaram de um ato a favor dos “rolezinhos” e contra o racismo, comandado pela Uneafro (União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora), registraram boletim de ocorrência na 96ª Delegacia de Polícia em São Paulo depois de terem sido impedidos de entrar no Shopping JK Iguatemi.

O shopping funcionava normalmente até o momento em que os manifestantes chegaram à frente do estabelecimento. Após isso, os acessos foram bloqueados. Alguns ativistas, que não portavam bandeiras nem instrumentos musicais, chegaram a formar uma fila na porta do shopping e pediram aos seguranças autorização para entrar, o que foi negado.

“Alegamos que houve um crime de constrangimento ilegal e o crime de racismo por parte do shopping. O shopping estava aberto. Depois do ato, as pessoas tentaram entrar individualmente no shopping e foram impedidas. Majoritariamente, os manifestantes são negros e da periferia. Está caracterizado crime de racismo”, disse o advogado Eliseu Soares Lopez que defende o movimento.

“Eles não fecharam as portas para a manifestação e para todo mundo. Quando fecharam as portas aqui, eu estava no interior do shopping. E eu pude presenciar com várias pessoas que as pessoas que estavam entrando pela garagem, em seus carros, não eram impedidos de entrar”, acrescentou o advogado.

A manifestação teve apoio de diversos movimentos sociais. De acordo com Lopez, as entidades vão entrar na Justiça com um mandado de segurança contra decisões judiciais que proíbem pessoas de participarem dos “rolezinhos”, e uma ação contra o Shopping JK.

“Presenciei várias manifestações aqui em São Paulo e eu não vi os shoppings fecharem. Presenciei manifestação dos médicos, todos vestidos de brancos, eu presenciei manifestação diversas próximas a

shoppings e não vi fechando”, destacou o advogado.

Em nota, o Shopping Center JK Iguatemi informa que o estabelecimento não comporta manifestações em seu interior. O centro comercial disse também que respeita manifestações democráticas. “O espaço físico e a operação de um shopping não são planejados para receber qualquer tipo de manifestação. Com o compromisso de garantir a segurança de seus clientes, lojistas e colaboradores, e de acordo com procedimento padrão utilizado em situações semelhantes, o empreendimento interrompeu temporariamente suas atividades neste sábado.”

## **Rio**

Também neste domingo (19), o shopping Leblon, no Rio de Janeiro, comunicou na noite de sábado (18) que não abrirá suas portas neste domingo em razão de um “rolezinho” marcado no local. “Tendo tomado conhecimento da mobilização de evento para milhares de pessoas marcado para este domingo, dia 19 de janeiro, o Shopping Leblon decidiu suspender suas atividades neste dia, com o intuito de garantir a integridade de seus clientes, lojistas e colaboradores”, afirma o shopping, em nota.

A Justiça do Rio havia determinado em caráter liminar a proibição do ato que, até a publicação desta reportagem, atingia 9.004 confirmações na página do evento no site do Facebook. No entanto, a liminar foi derrubada na noite de sábado por advogados voluntário do grupo “Habeas Corpus”, que atua em defesa dos direitos dos manifestantes na cidade.

Acesse o PDF: [Ativistas negros acusam shopping de racismo em São Paulo \(Última Instância, 19/01/2014\)](#)

---

# **17/01/2014 - MPF/BA recomenda ao Mercado Livre medidas para coibir práticas discriminatórias**

*(Portal do MPF) A recomendação é fruto da notícia de que usuários do site estariam anunciando a venda de pessoas negras*

O Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA), por meio da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão (PRDC), expediu recomendação à empresa “ebazar.com.br.ltda”, responsável pelo site Mercado Livre, para que adotem as medidas necessárias para impossibilitar a prática de atitudes discriminatórias por seus usuários, a exemplo da que ocorreu com um anúncio de venda de pessoas negras.

Leia também: [\*\*Adolescente que anunciou venda de negros na internet é autuado por racismo \(Agência Brasil\)\*\*](#)

Com o documento, o procurador Regional dos Direitos do Cidadão substituto, Edson Abdon, além de sugerir a adoção de filtros de identificação para impedir tais práticas, recomenda: que o Mercado Livre publique em sua página alertas aos usuários de que ofertas com teor discriminatório e preconceituoso são crime; que o mecanismo “denúncia” constante do site seja aprimorado, incluindo campo específico para ofertas discriminatórias ou preconceituosas, as quais devem ser retiradas do ar imediatamente.

A recomendação é baseada na Constituição Federal, em convenções e declarações internacionais, bem como no Estatuto da Igualdade Racial, todos ressaltando o dever do Estado de eliminar a discriminação racial e defender a dignidade dos cidadãos, independente da etnia ou cor da pele. A empresa tem o prazo de 20 dias para informar ao MPF sobre o acolhimento da recomendação e as providências adotadas.

**Recomendação** - As recomendações são orientações formais enviadas pelo MPF para que instituições ou seus responsáveis cumpram determinados dispositivos constitucionais ou legais, buscando evitar um processo judicial para tanto. Caso os dispositivos não sejam cumpridos, o MPF pode adotar as medidas medidas judiciais cabíveis.

Acesse o PDF: [MPF/BA recomenda ao Mercado Livre medidas para coibir práticas discriminatórias \(Portal do MPF, 17/01/2014\)](#)

---

# 17/01/2014 - Colunista do jornal

# Metro chama ministra Luiza Bairros de ‘anta’

*(Revista Fórum)* O colunista do jornal Metro, Cláudio Humberto, publicou um texto ofendendo Luiza Helena de Bairros, ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, após ela se manifestar sobre as recentes repressões ao rolezinho.

“A ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial) falou bobagem de novo: diz que ‘pessoas brancas’ é que reagem a ‘rolezinhos’ nos shoppings. A anta ignora, mas não deveria, que ninguém é ‘puro branco’ no Brasil”, escreveu o jornalista.

Luiza havia se posicionado contra as intervenções judiciais que tentam impedir o movimento. “A liminar consagra um processo de segregação racial do espaço, o que esses jovens conseguiram perceber muito nitidamente”, disse, repudiando a associação de jovens negros a criminosos. “Os problemas que têm havido são derivados da reação das pessoas brancas que se assustam com essa presença”, declarou a ministra.

Luiza Bairros, chamada de “anta” pelo colunista, é formada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, possui Mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutorado em Sociologia pela Universidade de Michigan.

Para Jarid Arraes, autora do blogue Questão de Gênero, o argumento sobre miscigenação não anula o racismo. “No último Censo realizado pelo IBGE, 91 milhões de brasileiros se declaram brancos. A percepção da branquitude e da negritude no Brasil não está ligada à análise do DNA de cada pessoa”, declarou. “A argumentação precisa partir de embasamento crítico, fazendo também uso de dados, e jamais deve conter ofensas pessoais. É no mínimo preocupante que uma mulher negra tenha sua capacidade intelectual atacada após opinar a respeito do preconceito racial”.

O Blogueiras Feministas, em sua página do Facebook, também saiu em defesa da ministra: “Acreditamos que o respeito à liberdade de pensamento e a imunidade de crítica não devem ser usados para defender a ideia de que o racismo é apenas uma opinião”.

Acesse o PDF: [Colunista do jornal Metro chama ministra Luiza Bairros de ‘anta’ \(Revista Fórum, 17/01/2014\)](#)



---

# 16/01/2014 - Folha de S.Paulo: Luiza Bairros aponta racismo em aversão a 'rolezinhos'

*(Folha de S.Paulo)* A ministra da Igualdade Racial, Luiza Bairros (PT), acusa a polícia e os frequentadores de shoppings de discriminar jovens negros nos "rolezinhos". "As manifestações são pacíficas. Os problemas são derivados da reação de pessoas brancas que frequentam esses lugares e se assustam com a presença dos jovens." Para ela, a liminar que autorizou os shoppings a barrar clientes "consagra a segregação racial" e dá respaldo ao que a PM "faz cotidianamente": associar negros ao crime.

Leia também: [Rolezinhos estão sumindo do Facebook após chamar atenção \(EXAME.com\)](#)

- [Imprensa e rolezinho, machismo e irresponsabilidade, por Luciano Martins Costa \(Observatório da Imprensa\)](#)

- ['Rolezinho' na elite, por Eliane Cantanhêde, sobre a polêmica acesa por medidas discriminatórias nos shoppings paulistas \(Folha de S.Paulo\)](#)

- [Judiciário paulista permite a shoppings fazer triagem de clientes \(El País\)](#)

- [Anistia Internacional chama de 'discriminação' e 'racismo envergonhado' ação de PM e shoppings contra 'rolezinhos' \(Terra Magazine\)](#)

Acesse o PDF: [Apartheid no shopping \(Folha de S.Paulo, 16/01/2014\)](#)

---

## 16/01/2014 - Adolescente que

# anunciou venda de negros na internet é autuado por racismo

(*Agência Brasil*) Um adolescente, de 15 anos, foi apreendido hoje (16) por agentes da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) por ter publicado anúncio no site MercadoLivre oferecendo a venda de negros a R\$ 1. Em depoimento à polícia, o rapaz disse que publicou o anúncio por não ter passado no vestibular de um centro de ensino federal em decorrência da política de cotas.

Leia também: [Autor de falso anúncio de venda de negros a R\\$ 1 é apreendido no Rio \(G1\)](#)

- [Autor de postagem no MercadoLivre que vende pessoas negras é do Rio de Janeiro, diz Seppir \(Agência Brasil\)](#)

- [Seppir solicita ao MercadoLivre informações sobre anúncio de venda de negros \(Agência Brasil\)](#)

- [Seppir apresenta denúncia de racismo no Mercado Livre ao Ministério Público \(Portal da Seppir\)](#)

Segundo a Polícia Civil, ele foi localizado após investigação e monitoramento de dados iniciados pela DRCI há cerca de uma semana. Os trabalhos começaram depois da denúncia feita pela Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

De acordo com o delegado titular da DRCI, Gilson Perdigão, o rapaz prestou depoimento ao lado da mãe e confirmou ser autor da publicação.

Segundo o delegado, o adolescente contou que publicou os anúncios porque foi reprovado no processo seletivo para o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, na Tijuca, zona norte do Rio. No depoimento, o menor alegou que se não existissem as cotas para negros ele teria sido aprovado. Depois do depoimento, ele foi liberado.

O rapaz foi autuado por fato análogo ao Artigo 20 da Lei 7.716, que trata da prática, indução ou incitação à discriminação ou ao preconceito de raça, de cor, de etnia, de religião ou de procedência nacional. O inquérito foi aberto na sexta-feira (10) passada, um dia depois de o caso ser denunciado.

A Polícia Civil informou que o adolescente não tinha antecedentes criminais e nem praticou algo semelhante anteriormente. A delegacia encaminhou o caso à Vara da Infância e Juventude da Justiça do Rio.

Acesse o PDF: [Adolescente que anunciou venda de negros na internet depõe na polícia \(Agência Brasil, 16/01/2013\)](#)

---

# 15/01/2014 - MPF recomenda transferência de militares envolvidos na prisão de quilombolas na Bahia

(*Agência Brasil*) O Ministério Público Federal na Bahia (MPF) recomendou a transferência dos quatro sargentos da Marinha envolvidos na prisão de dois moradores da [comunidade quilombola Rio dos Macacos](#), no dia 6 de janeiro. A recomendação foi assinada nesta segunda-feira (13) pelo procurador regional dos Direitos do Cidadão Substituto, Edson Abdon, direcionada ao Comando do 2º Distrito Naval.

O órgão recomenda que seja feita a remoção/transferência dos quatro sargentos para outras bases do 2º Distrito Naval, uma vez que os militares, mesmo de folga, estariam sempre próximos da comunidade porque moram nas proximidades da Base Naval de Aratu, na Vila Naval da Barragem. Caso o comando do 2º Distrito Naval não atenda à recomendação, o MPF pode adotar outras medidas, como notificar para uma oitiva para descobrir as razões do não cumprimento da recomendação.

A recomendação foi feita após o depoimento dos irmãos Edinei Messias dos Santos e Rosimeire Messias dos Santos ao procurador, feitos no mesmo dia da emissão do documento. Edinei e Rosimeire estariam temendo uma represália dos militares. Em trecho do depoimento de Rosimeire divulgado na recomendação, ela conta que um dos sargentos teria dito “hoje eu estou de farda, mas amanhã eu vou pipocar sua cabeça e a de seu irmão onde eu os encontrar”.

Comandante do 2º Distrito Naval, vice-almirante Antônio Fernando Monteiro Dias, já sinalizou, porém, dificuldade no cumprimento da recomendação. Dias explicou não ter outro local para que os militares passem a noite. A questão foi passada ao procurador hoje (15) e será encaminhada de forma oficial nos próximos dias. A decisão de manter ou não a recomendação será tomada por Abdon após analisar os todos argumentos que serão apresentados pela Marinha.

Além de Edinei e Rosimeire, o comandante da Base Naval de Aratu foi ouvido na procuradoria. Os quatro sargentos denunciados pelos irmãos serão ouvidos nas próximas sexta-feira (17) e segunda-feira (20), dois de cada vez. À Agência Brasil, Abdon também informou que recebeu as imagens das câmeras de segurança, que serão analisadas nos próximos dias.

Acesse o PDF: [MPF recomenda transferência de militares envolvidos na prisão de quilombolas na Bahia \(Agência Brasil, 15/01/2014\)](#)

---

# 15/01/2014 - Autor de falso anúncio de venda de negros a R\$ 1 é apreendido no Rio

*(G1) Segundo a polícia, adolescente de 16 anos confessou ter feito a publicação. Ele será encaminhado à Vara de Infância e da Juventude*

Um adolescente de 16 anos foi apreendido no Rio nesta quarta-feira (15) pela publicação de um falso anúncio no site Mercado Livre oferecendo a venda de negros a R\$ 1. Ele foi localizado pela Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) após denúncia feita pela Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, que é vinculada à Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir).

Leia também: [Autor de postagem no MercadoLivre que vende pessoas negras é do Rio de Janeiro, diz Seppir \(Agência Brasil\)](#)

- [Seppir solicita ao MercadoLivre informações sobre anúncio de venda de negros \(Agência Brasil\)](#)

- [Seppir apresenta denúncia de racismo no Mercado Livre ao Ministério Público \(Portal da Seppir\)](#)

De acordo com o delegado titular da DRCI, Gilson Perdigão, o menor prestou depoimento na unidade acompanhado pela mãe e confessou ser o autor da publicação. O teor do interrogatório não foi divulgado. O caso será encaminhado à Vara da Infância e da Juventude. Segundo a Polícia Civil, ele deverá responder por ato infracional análogo ao crime tipificado pelo artigo da Lei 7.716 (Praticar,

induzir ou incitar a discriminação, o preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional).

O anúncio foi retirado do ar pelo Mercado Livre no dia 6 de janeiro, um dia depois de ser denunciado por usuários do site. Por meio de nota, o site repudiou a publicação e destacou que os anúncios publicados têm mecanismo para denúncias. Ao ser notificado pela Ouvidoria Nacional da Igualdade Racial, o site forneceu à polícia os dados cadastrais do autor da postagem.

A denúncia da Seppir foi encaminhada à Polícia Civil e ao Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ). Por meio de nota, o ouvidor Carlos Alberto Souza Junior ressaltou ser “inaceitável a tentativa de desumanização da população negra, enquadrando seus indivíduos como mercadoria e remetendo os mesmos de volta à escravidão”.

Acesse o PDF: [Autor de falso anúncio de venda de negros a R\\$ 1 é apreendido no Rio \(G1, 15/01/2014\)](#)

---

# **13/01/2014 - Anistia Internacional chama de ‘discriminação’ e ‘racismo envergonhado’ ação de PM e shoppings contra ‘rolezinhos’**

*(Terra Magazine)* São Paulo viveu mais um fim de semana de conflitos em virtude dos chamados “rolezinhos”, um encontro surpresa de jovens da periferia que geralmente acontecem em estacionamentos de shoppings, no intuito de promover um rápido show de funk, tomar cerveja e se divertir.

No shopping Itaquera, na Zona Leste de São Paulo, homens do Batalhão de Choque usaram bombas de gás e balas de borracha para coibir o encontro no sábado (11), levando pânico para compradores, lojistas e os jovens que tentavam se divertir.

Leia também: [Judiciário paulista permite a shoppings fazer triagem de clientes \(El País\)](#)

- **'Rolezinho' na elite, por Eliane Cantanhêde, sobre a polêmica acesa por medidas discriminatórias nos shoppings paulistas (Folha de S.Paulo)**

De acordo com relatos publicados na imprensa nesta segunda (13), sem indícios de que se tratavam de criminosos, a PM revistava e coibia a entrada de alguns jovens nesse shopping, com ameaças do tipo “Vou te arrebentar se te ver por aqui de novo”.

Enquanto a barbárie acontecia em Itaquera, do outro lado da cidade, na Vila Olímpia, Zona Sul, o shopping JK Iguatemi ingressou com uma liminar na Justiça justamente para impedir a realização de outro evento chamado “Rolezaum no Shoppim”, que aconteceria no mesmo sábado. O evento se tratava de uma piada criada por um professor indignado com a “fobia” dos shoppings contra os jovens da periferia.

Sem entender a gozação, o shopping foi à Justiça e conseguiu uma liminar que punia em R\$10 mil por dia quem resolvesse aparecer por lá. Policiais e seguranças armados na porta do shopping revistavam qualquer jovem que parecesse não se enquadrar no perfil dos freqüentadores, exigindo identificação para poder entrar, seja para comprar ou trabalhar.

O diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, Átila Roque, vê a reação da PM de São Paulo e dos shoppings claramente como uma “atitude discriminatória e ilegal, de acordo com a legislação brasileira”.

Para Átila, a atitude da PM e do shopping JK Iguatemi mostra um “racismo envergonhado é que incomoda de forma tão desproporcional os donos e freqüentadores desses shoppings”.

Ele se diz absolutamente chocado com o grau de violência da PM na ação do shopping Itaquera e afirma mais uma vez estar preocupado com a escalada de violência das forças públicas contra os jovens. “Estamos de novo mostrando a natureza extremamente discriminatória que persiste na sociedade brasileira”, declara.

A Anistia Internacional é uma das principais entidades de defesa dos Direitos Humanos no mundo. No Brasil tem sede no Rio de Janeiro. Confira a entrevista completa de Átila Roque, principal representante da entidade no País.

Além de ingressarem na Justiça, os shoppings estão convocando a PM e a Tropa de Choque para impedir a realização desses chamados “rolezinhos”. É a postura correta?

A forma como a classe média alta e a Polícia Militar tem reagido aos “rolezinhos” é claramente excessiva. Coloca em discussão a questão da segregação do espaço. Esses “rolezinhos” podem ser vistos

por vários ângulos, mas o principal deles é uma espécie de bem humorado ato político contra a privação de direitos. Ele assusta aqueles que já se acostumaram de certa maneira com a geografia segregada das cidades brasileiras, onde cada um tem o seu lugar e onde cada um deve saber qual é o seu lugar. O que esses jovens estão fazendo é colocar esse “seu lugar” em discussão.

A Polícia usou balas de borracha e gás de pimenta contra um grupo de jovens nesse fim de semana. A justificativa era a de tentar coibir saques e roubos antes que eles acontecessem. O que lhe parecesse essa atitude?

O que em geral se aceita é que para o negro jovem e pobre possa freqüentar um shopping de luxo, ele tem que estar ou com o uniforme de segurança ou de babá. Se ele não está vestido assim, está fora do “seu lugar”. Não foi constatado nenhum ato de violência ou vandalismo por parte da maioria desses jovens. O que se tem até agora são jovens rindo, brincando, às vezes falando alto, coisa que é próprio dos jovens de qualquer classe social. É natural que eles sejam acompanhados por seguranças para evitar que haja qualquer bagunça. Agora, daí a querer cercear de forma agressiva, bloqueando a passagem com ajuda da polícia e a presença ostensiva do Choque, é uma forma clara de discriminação. Basta ver na internet vídeos que pipocam mostrando jovens brancos fazendo exatamente a mesma coisa, mas sem intervenção da PM. Se é branco e de classe média eles chamam de “flashmob”. Quando é negro e pobre vira ameaça de arrastão, como bem disseram alguns internautas hoje.

O governador de SP e as entidades públicas como OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) se calaram até agora sobre esses fatos. Isso legitima essa discriminação mencionada por você?

A sociedade precisa aproveitar esse momento para discutir as características extremamente segregadas das cidades brasileiras. O racismo envergonhado é que incomoda de forma tão desproporcional os donos e freqüentadores desses shoppings. Simplesmente pela presença física do outro que não é igual ou não segue o ideal de normalidade que se convencionou para aquele local. Pra essa turma aquele é um local apenas reservado para um tipo de pessoa e classe social. Eu vejo expressão política e bem humorada desses jovens a favor da afirmação de direitos. Com uma certa provocação até, claro. Mas uma provocação muito criativa.

Usar bala de borracha e gás de pimenta para proteger um shopping é uma atitude correta da Polícia Militar?

Não. Claramente excessiva. Mas infelizmente dentro da tradição das ações das forças de segurança no Brasil, que agem apenas para preservar a propriedade. Os shoppings, ainda que se tratem de espaços privados, são áreas de circulação pública. As pessoas entram no shopping para olhar, encontrar amigos, exercitar o olhar de desejo por algo que elas não podem ter e até comprar. É um espaço privado de circulação social. Quando se chama as forças de segurança para exercer uma restrição contra um certo

perfil de pessoas - no caso o jovem, negro e pobre - isso é claramente uma atitude discriminatória e ilegal, de acordo com a legislação brasileira.

A polícia atuar sem nenhuma provocação, simplesmente para impedir o acesso, com base num preconceito ou numa pré concepção de que eles estariam ali para roubar ou saquear, é absolutamente inadequado. Eu li com grande espanto esse uso da força pela PM, com gás de borracha e pimenta contra esses jovens. Estamos de novo mostrando a natureza extremamente discriminatória que persiste na sociedade brasileira.

Os atos de violência da PM de São Paulo foram o estopim para as manifestações públicas de junho do ano passado. A ação deles nesses “rolezinhos” é sinal de que não aprendemos nada com aqueles atos? Acho que precisamos ainda aprender com o que vivemos em junho passado e tirar algumas lições. Lições de que hoje existe na sociedade brasileira um anseio legítimo por inclusão. É um anseio por políticas públicas e de acesso antes reservados a muito poucos. O Judiciário, o Estado e a Polícia precisam rapidamente se atualizarem para reconhecerem essas demandas como absolutamente legítimas. Aquele foi um momento que a sociedade veio demonstrar com bastante veemência que alguma coisa está fora do lugar. E que não é mais aceitável esse tipo de postura.

Como aconteceu em junho passado, essa postura violenta na PM pode causar nova comoção na sociedade e levar as pessoas às ruas novamente?

Uma parte das manifestações diz respeito justamente a essa demanda por acesso, seja à Cultura, Territórios ou Espaços que se pretende reservar apenas para alguns. O “rolezinho” é apenas uma dessas demandas por acesso. É bom que a Polícia e o Estado compreendam isso, para não transformarem isso num fator de conflito e violência novamente.

Acesse o PDF: [Anistia Internacional chama de “discriminação” e “racismo envergonhado” ação de PM e shoppings contra ‘rolezinhos’ \(Terra Magazine, 13/01/2014\)](#)